

DA ASCENSÃO À MARGEM

A relação rio-cidade na construção da paisagem do rio Jacuí em Cachoeira do Sul/RS.

SESSÃO TEMÁTICA: ET 01: Direito à paisagem

CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

Autor 1: Maria Alice Corrêa de Oliveira / Universidade Federal de Santa Maria/ marialice.c@outlook.com

Autor 2: Carolina Salzano Rocha / Universidade Federal de Santa Maria / carolinasalzanor@gmail.com

Autor 3: Lorena Costa Colares / Universidade Federal de Santa Maria / lorena.colares@acad.ufsm.br

Autor 4: Raquel Weiss / Universidade Federal de Santa Maria / raquel.weiss@ufsm.br

RESUMO

O artigo tem como enfoque a percepção da paisagem por meio da análise das dinâmicas ocorrentes às margens do Rio Jacuí, na cidade de Cachoeira do Sul - RS, considerando as suas pluralidades, multiplicidades e diferentes agentes transformadores. O objetivo deste trabalho é traçar um panorama político, histórico e econômico sobre o desenvolvimento da cidade a partir do Rio Jacuí, apresentando, em conjunto, as diferentes formas e grupos de apropriação que ocupam as suas margens nos dias atuais. Para isso, será associado o termo paisagem social para expor a relação rio-cidade explorando o processo produtivo local em contraponto à deslegitimação e apagamento dos direitos de alguns grupos sociais que utilizaram e utilizam esta área, salientando as diferenciações do cenário da paisagem aplicados em diferentes contextos.

PALAVRAS-CHAVES: Rio Jacuí; paisagem social; temporalidade da paisagem.

ABSTRACT

The present article focuses on the perception of the landscape by analyzing the dynamics occurring on the shores of the Jacuí River, in the city of Cachoeira do Sul - RS, considering its pluralities, multiplicities, and various transformative agents. The aim of this work is to outline a political, historical, and economic panorama of the city's development from the Jacuí River, presenting the different forms and groups of appropriation that occupy its banks in the present day. To this, term social landscape will be used to expose the relationship between the river and the city, exploring the rise of local production in contrast to the delegitimization and erasure of the rights of some social groups that use and that continue to use this area, emphasizing the differences in landscape values applied in different contexts.

KEYWORDS: Jacuí river; social landscape; landscape temporality.

INTRODUÇÃO

A pluralidade interpretativa que carrega o conceito de paisagem abre possibilidades para suas acepções. Perceber a paisagem é se entregar a sua infinidade de significados espaciais, culturais, sociais, subjetivos, simbólicos e do contexto, que compreende o todo e da mesma maneira suas particularidades (Ingold, 1993). À vista disso, cabe adotarmos aqui o entendimento de paisagem como termo múltiplo e ilimitado, repleto de camadas daqueles que percorrem, habitam e a conectam a partir de dinâmicas de seres humanos e não humanos, para além do espaço visualizado, divergindo a concepção binária de humanidade e natureza, no qual a paisagem sustenta o lugar de unidade neutra às interações que ocorrem.

Nessa perspectiva, o artigo tem como objetivo a análise do processo de condução social, política, histórica e econômica desempenhado pelo Rio Jacuí e suas relações diretas com a paisagem das margens da cidade de Cachoeira do Sul hoje. Quinto município mais antigo do estado, a localidade é considerada o polo da Região Imediata de Cachoeira do Sul (REGICS), conformada conjuntamente por Novos Cabrais, Paraíso do Sul e Cerro Branco. Esse território é o eixo orientador dos estudos produzidos no projeto de pesquisa Ecologia da Paisagem da Região Imediata Geográfica de Cachoeira do Sul - RS e do grupo de pesquisa Planejamento e Projeto da

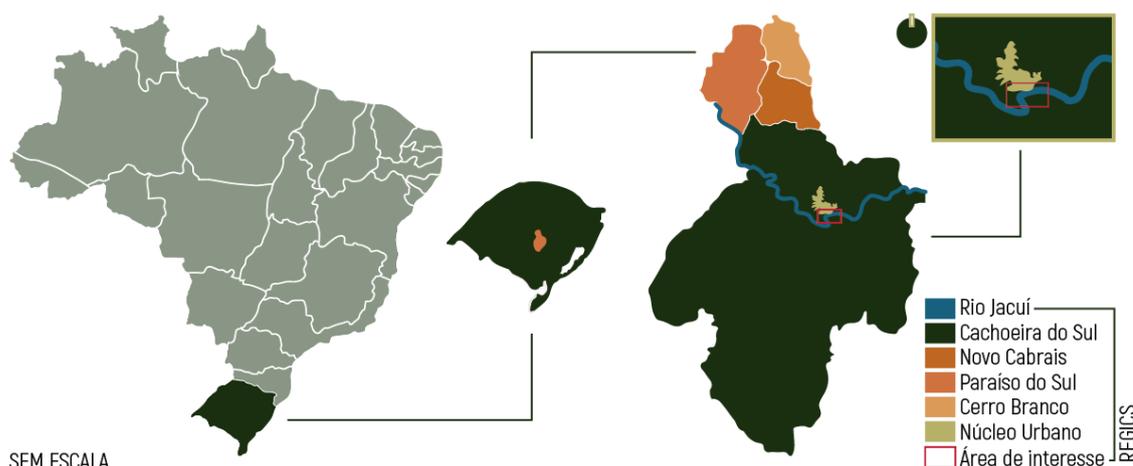
Paisagem, que visam, entre os objetivos, identificar e caracterizar a dinâmica da paisagem da área.

Para elucidar esse panorama, utiliza-se como metodologia a pesquisa contextual e saída a campo, bem como, métodos quantitativos e qualitativos. A compreensão das transformações da paisagem traz um limiar para a discussão acerca do campo do direito à paisagem em cidades médias e pequenas do interior do estado, tópico ainda pouco explorado e indispensável para a constituição de fundamentos que destinam-se a potencializar a função social da paisagem.

Por conseguinte, ao nos debruçarmos sobre os vínculos da dinâmica histórica de usos, apropriações e concepções da área analisada, torna-se compreensível a inerência das questões com a presente situação da margem do Rio Jacuí no perímetro ligado ao núcleo urbano da cidade de Cachoeira do Sul. Verifica-se, igualmente, que essa problemática se insere em dimensões de maior abrangência, relativa às crises de Estado, onde a paisagem se apresenta como consequência de um contínuo processo de fragmentação socioespacial, reflexo de tantas outras fragmentações que caracterizam os municípios no cenário atual contemporâneo.

Para essa pesquisa, a leitura será ampliada em direção à área de encontro da margem do rio com a zona de ocupação consolidada. O esquema abaixo (Figura 01) situa a REGICS e o local de estudo.

Figura 1: Localização do município de Cachoeira do Sul e área de Interesse.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Tendo em vista esse contexto, o reconhecimento e análise das dinâmicas e valores sociais e coletivos da paisagem em uma sociedade capitalista são de grande relevância à formação de identificação do sujeito social e, da mesma maneira, primordiais para o planejamento com olhos na qualidade de vida das populações.

PAISAGEM OLVIDADA

De maneira equivocada, tem-se como verdade que a história de Cachoeira do Sul começa nos anos de 1750, época de disputas entre Espanha e Portugal. Como mostra Borba (2022), a realidade dos fatos é que a ocupação das margens do Rio Jacuí em Cachoeira do Sul remonta há oito mil anos atrás. Dados arqueológicos apresentam que as apropriações indígenas eram organizadas de maneira nômade, nas planícies altas próximas a cursos d'água, onde grupos de oito a dez famílias de 25 a 40 pessoas se estruturavam.

Logo, evidências etno-históricas confirmam o fato de que a cidade foi território indígena ao longo de décadas, com população significativa até meados do século XVII. A conexão dos povoados com as áreas anexas ao Rio Jacuí indiscutivelmente baseou-se no respeito com as



paisagens e as águas, com interferência relacionada às suas reais necessidades de caça e pesca. As habitações conformavam-se alinhadas ou em semicírculo, com as unidades de forma arredondadas ou elípticas e aproximadamente dez metros de raio, cujo cenário se manteve até a chegada dos colonizadores (Borba, 2022). Posteriormente, guaranis criaram em 1833 o primeiro bairro da cidade. A área, cedida por portugueses, carrega o nome de Bairro da Aldeia. É neste local da malha citadina que se encontra a Casa da Aldeia, símbolo histórico e étnico que constitui uma parcela fundamental da memória do município (Bartmann; Colares; Rocha, 2022).

Num período não muito distante, o ritmo dessas apropriações nas áreas de campo aumentou por parte de soldados portugueses, que, conforme a Repartição Geral das Terras Públicas de 1985, demarcou, desmembrou e defendeu as terras devolutas. Os proprietários precisariam do registro paroquial a fim de consolidar a propriedade. As terras ao norte do rio Jacuí foram ocupadas por posseiros e os campos ao sul, tomados por concessões de sesmarias (Gimeno, 2013)

A política de povoamento das terras seguiu o característico mecanismo de estrutura relacionada diretamente com o abastecimento de água pelo Rio Jacuí. A organização agrária era configurada por lavouras de arroz e criação de gado, estas, atendiam a demanda de colonos bem como eram adquiridas por imigrantes, negociação que alavancou durante o final do século XIX (Gimeno, 2014).

Com este processo, a crescente da produção demandou por maiores infraestruturas para escoamento, com intuito de facilitar, estava em andamento o projeto de construção da rampa do porto (Borba, 2022). O século XX iniciou com a nuance da nacional-desenvolvimentista, outras estruturas para transposição do rio foram consolidadas. Nos anos posteriores a este período, identifica-se uma súbita mudança na paisagem. Áreas costeiras foram desmatadas, a remoção da vegetação arbórea cedia lugar às lavouras e a madeira servia de combustível para as máquinas agrícolas. A planície imediata do rio conformou por muitos anos parte das maiores áreas cultiváveis de arroz do Brasil, garantidas pelo flume.

Essas posses e implementações foram anunciadoras das transformações irreversíveis na paisagem da cidade de Cachoeira do Sul. O trecho de uma carta que relata a travessia pelo leito navegável do Rio Jacuí, datada na década de 1910, traz uma percepção detalhada da dinâmica temporal da configuração vegetal das bordas do rio.

“Si Marinha Noronha fizesse, como eu, ha trinta anos, a viagem de Cachoeira a Porto Alegre, em 6 dias, [...] e que quizesse fixar, nas folhas de seu album de viagens pinturescas, as formas e as côres das paisagens em que seus olhos se demorariam [...] veria quanto era bélo o maior rio interior do Rio Grande.

Hoje - que contraste! - Áquêle tempo, raramente se abria uma clareira de minisculos escampados ás margens do famoso rio. De um lado e de outro orlavam-nas matos de onde se sobressaiam as frondes alterosas das “grapias”, dos “angicos” anosos, dos velhos “ipês” que se toucam de flores rozeas, á maneira de Anacreonte e á sombra dos quais “açoita cavalos” e os “ingás” se debruçam nas margens mirando se ao espelho das aguas, aqui remançosas, além de turbilhonando nas cachoeiras.

Tudo isso a Civilização varreu de sobre a face linda, linda! desde pedaço de terra gaúcha. Hoje o Jacuí é um rio mutilado. Devastaram iconoclasticamente as orlas de mato que debruavam a margem da sinuosa torrente; e só de longe em longe se vê um “salso” desolado chorando os pingentes de suas lagrimas verdes sobre as aguas que passam.

A terra das margens, assim desnudadas, perdendo o amparo da trama das raizes vivas, é facilmente arrebatada pela corrente, nas cheias, desbarra-se,



alargando o leito do rio, minguando-lhe a profundidade e, em consequencia, tornando-o cada vês menos navegavel.

Mas ainda é preciso dizer que a Civilização arrozeira e outras devastadoras estragaram a beleza e despiram de poesia o nosso famoso e lendario Jacuí.

A um quilometro, si tanto, da Aldeia, onde começou a vida social de Vila de São João de Cachoeira, existia um alto e umbroso capão encostado á margem do rio, no principio da Varzea de Nossa Senhora, átuualmente pertencente a diversos senhores de estirpes profanas. [...]

Um pouco acima deste lugar, os pescadores poiteam suas canoas para o varejo das linhas ás “piavas” e aos “dourados”. Na parte oeste do banco, em geral medindo a largura de 6 metros, as águas traçaram pequenos correços, cavaram panélas, panelões e até banheiros em que as proprias crianças banham-se salvo de qualquer perigo e visto que o fio dagua, nas vasantes, desloca-se para a margem direita, na face oposta fica a descoberto, nesse lugar, uma bôa parte do rio, forrada de um lageado poucamente acidentado.

Aí como no proprio banco, instalam-se as lavadeiras, pescadores, banhistas e passeantes, pois mal o sol descamba projeta-se sobre a arena aprasivel a sombra das grandes arvores do capão, que começa á orla dos barrancos altos.

Aí faziam os nativos o posto habitual de repouso recreativo, de pescarias, de pique-niques e fandangos, primeiro ao som da rabéca de João Rabequista, depois dos fanfarras do Venancio, do Iponema, da “Furiosa”, etc., etc., ao compasso das quais fandangueavam á sombra e ao abrigo das arvores, não já os nativos, mas seus descendentes e adventicios. (Jornal do Povo, 1936, p. 23)

As bordas do Rio Jacuí serviram à produção que concedeu a Cachoeira do Sul o título de Capital Nacional do Arroz e acolheu por anos o maior engenho do grão na América Latina. A cultura rizícola determinou o desenvolvimento econômico, urbano e rural do território. Não obstante, a retirada ostensiva das matas ciliares causou impactos e alterações ao meio hídrico, tornando suas correntes irregulares, diminuindo sua função quanto à retenção de precipitações, potencializando o risco de enchentes e inundações. Concomitante a isso, a ação produtiva culminou em inúmeras construções de grande porte na margem do rio, compostas por silos e edificações para manejo do grão. (Figuras 2 e 3)

Figuras 2 e 3: Edificações abandonadas nas margens do rio.

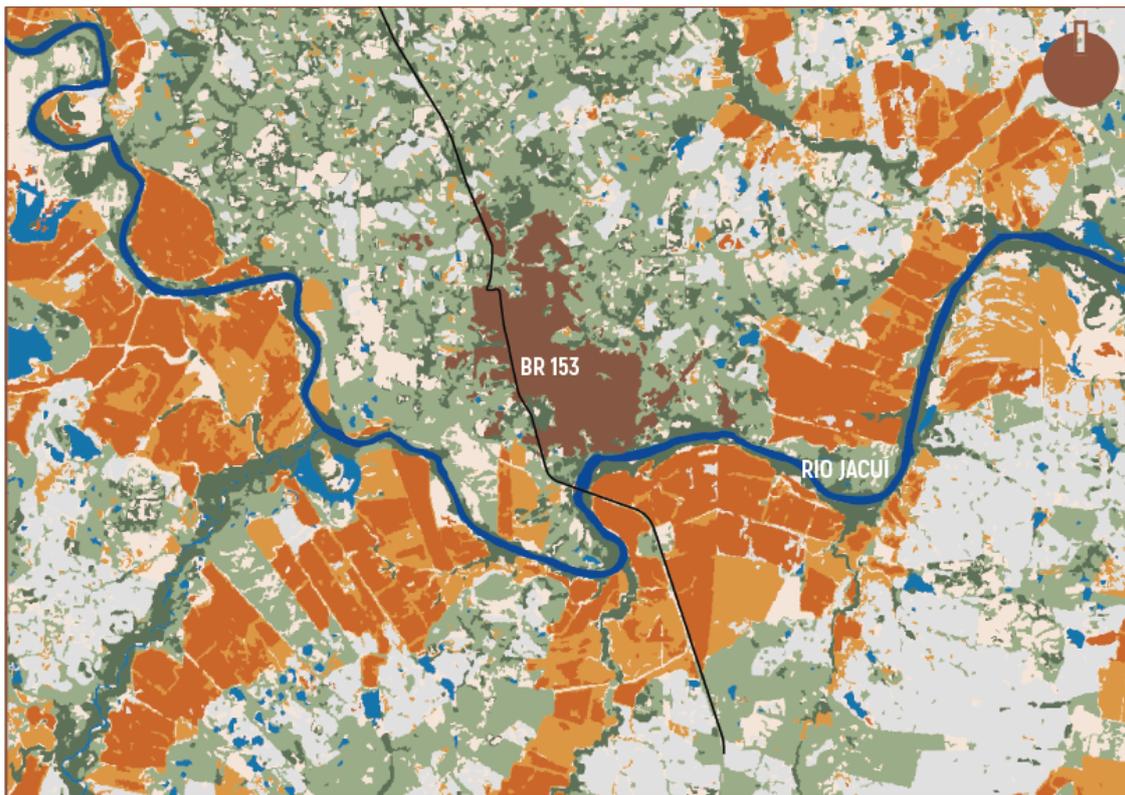


Fonte: Acervo do Grupo, 2023.

A produção entremeada com a história de ascensão econômica da cidade deu lugar ao declínio e apagamento de paisagens sociais. Com a expansão regional e políticas rodoviárias do estado, Cachoeira do Sul tornou-se uma cidade de limitados acessos; as rodovias mais próximas do município situam-se a, em média, 30 km cada. Hoje a produção vive da exploração do meio rural às monoculturas e silviculturas.

Remanescentes da formação campestre e florestal coexistem com a herança das ocupações abandonadas, à medida que sucessivas transformações no âmbito agrícola-pastoril seguem crescendo. Como observado no mapa de uso e ocupação do solo (Figura 4), as margens estão impregnadas de cultivo de arroz e soja.

Figura 4: Espacialização de uso e ocupação do solo da área de interesse.



0 1 2 4 6 8
km

Sistema de Coordenadas Projetado
SIRGAS 2000 UTM Zona 22S

LEGENDA

AFLORAMENTO ROCHOSO	FORMAÇÃO CAMPESTRE
ARROZ	FORMAÇÃO FLORESTAL
CAMPO ALAGADO E ÁREA PANTANOSA	MOSAICO DE USOS
OUTRAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS	SILVICULTURA
OUTRAS ÁREAS NÃO VEGETADAS	SOJA
RIO, LAGO E OCEANO	ÁREA URBANIZADA

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

A conhecida apropriação dos meios rurais para cultivares exportadoras é realidade em inúmeras escalas do sul global e atinge igualmente os municípios brasileiros. O processo de capitalização do campo, inserido na retórica neoliberal gerou o avanço irremissível das *commodities*, sobretudo a soja. A dinâmica do agronegócio atua nas alterações profundas relacionadas à paisagem, para além do desmatamento, o uso de agrotóxicos nas lavouras contaminam o solo, as águas e impactam a saúde humana. (Bombardi, 2023)

A complacência de parte significativa do poder público sobre os impactos na margem e no próprio Rio Jacuí é reflexo das dinâmicas do sistema. A produção em larga escala submete a paisagem, povos e territórios que cotidianamente ocupam esse espaço a condições de insegurança, com direitos a terra e ao reconhecimento social negados.

A TEMPORALIDADE DAS PAISAGENS NAS MARGENS DO JACUÍ

O relato de uma navegação no Rio Jacuí de Cachoeira do Sul a Porto Alegre por volta do ano de 1910, pinta um rio de vegetação fechada do qual mal se via uma clareira, com uma grande diversidade de flora, como: angicos, grapias, ipês, ingás e açoita cavalos. A mesma narrativa



descreve que passados 30 anos, a paisagem estaria devastada. Um corredor de matos e biodiversidade, fragmentado pelo sistema econômico neoliberal da sociedade.

Que resta? Um local impiedosamente devastado, onde á margem da pitoresca Cachoeira, só se ve, agora, uma pequena malha de “sarandys” perdendo sobre a torrente, qual um novo Mario, desolado, contemplando as ruínas de Cartago!” (Jornal do Povo, 1936, p. 23)

O tema abordado na década de 1930 perdura na contemporaneidade. A pequena malha de sarandys é hoje uma estreita faixa de área de proteção ambiental (APP), reduzida aos limites legislativos vigentes. “A crise do qual se fala está relacionada a um projeto individualista de mundo, no qual a economia assume papel preponderante, privilegiando-se assim a construção de uma “cidade econômica”[...]”. (Gonçalves, 2015, p. 100). Essas saliências na temporalidade das paisagens do Jacuí podem ser caracterizadas essencialmente por fatores socioeconômicos como o cultivo do arroz, as monoculturas de soja e a extração da areia do rio.

A apropriação das áreas inundáveis do Rio Jacuí na região de Cachoeira do Sul por imigrantes agrícolas, fez com que o arroz se tornasse um cultivo esparramado pela região, como exposto por Janner (2015). Em torno de 1940 o município passou a ter a cultura como principal economia, uma infraestrutura de engenhos, pontes e até mesmo um porto que atendia aos modais hidroviário, ferroviário e rodoviário foram se consolidando, muito destes elementos, comprometendo a biodiversidade das margens produtivas e férteis do rio.

Não cremos que haja assunto que mais de perto interesse ao nosso município: - o reflorestamento do seu território. Como se sabe, o desmatamento, aqui tem sido formidável desde o fornecimento de lenha a estrada de ferro, até a verdadeira devastação que, de alguns anos a esta parte, tem sofrido os nossos mattos com a enorme quantidade de lenha consumida nas lavouras de arroz com o accionamento das machinas de irrigação (...) Basta ver as margens do rio nas proximidades da cidade e, até nos logares mais distantes, para se convencer de que a devastação vem assumido proporções consideráveis. Ha uma lei federal proibindo o desmonte das margens dos rios navegaveis mas os olhos das autoridades estão muito longe para ver estas coisas. As administraçõesmunicipaes é que podiam zelar por isso, aproveitando-se da lei federal; mas, ao que nos conste nenhuma ainda tomou iniciativa. (...) (Jornal do Povo, 1929, p. 1)

A retirada da estação férrea em meados da década de 1970, provoca declínio nos engenhos do centro, conforme informações do Jornal do Povo¹. Aos poucos, o elevado custo de produção e baixo valor de mercado, cederam lugar à cultura da soja, com baixo custo de produção, fácil manejo, liquidez e próprio preço de mercado, conforme Melito (2023), agindo abruptamente nas paisagens do Rio Jacuí. Para além dos aspectos econômicos, principais agentes na temporalidade da paisagem do Rio Jacuí, é importante também citar a ausência de políticas públicas com ações para as suas margens. As lavouras apoderando-se das áreas de preservação do corredor, as apropriações irregulares que sofrem com as enchentes, os resíduos sólidos nas margens (Figura 5), a fragmentação de vegetação nativa (Figura 6), o apagamento da biodiversidade, uma paisagem conformada por um rio reduzido a um recurso.

¹ Informações retiradas de: Notícias de 1º de junho de 1921, 1º de janeiro de 1950 do Jornal O Comércio e entrevista de Wilto Edmundo Schultz encontradas no arquivo do Museu Municipal; Prêmio IAB 2019 - José Albano Wolkmer; Muito além da praça José Bonifácio: as elites e os “outsiders” em Cachoeira do Sul, pela voz do Jornal do Povo - Jeferson Selbac.



Figura 5 e 6: Margens do Rio Jacuí em 2023



Fonte: Acervo do grupo, 2023.

A MARGEM EM (DES)PRÁTICA

Atualmente, as dinâmicas que exploram as margens do Rio Jacuí no eixo do núcleo urbano, configuram diferentes práticas, realizadas por distintos grupos sociais, em sua maioria, sem o suporte necessário. Por via de acesso direto ao centro, pela Rua Moron (Figura 7), encontramos pequenos comerciantes locais, com bares e mercearias, pescadores, práticas de centros religiosos de matriz africana, bem como o ponto de saída direta para atividades aquáticas como caiaque *jet ski*. Também estão presentes os usuários que atravessam na balsa Deusa do Jacuí (Figura 8), em funcionamento em épocas de níveis regulares de água.

Figuras 7 e 8: Imagem Final da Rua Moron e Balsa Deusa do Jacuí

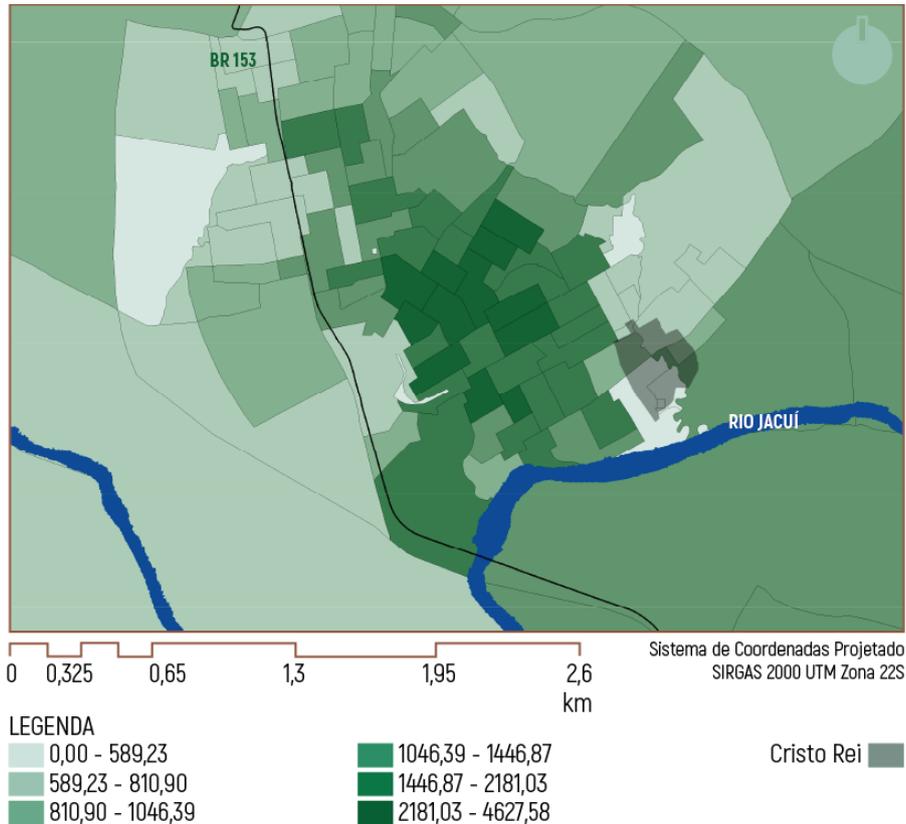


Fonte: Acervo do grupo, 2023.

Nos arredores, existem áreas de balneário denominadas São Lourenço e Praia Nova, cujas condições de balneabilidade nem sempre atingem os níveis adequados. Além destes, há também, o Cristo Rei, bairro com população de baixa renda, situado em um dos setores censitários que apresenta o menor rendimento por responsável domiciliar mensal na margem do rio, entre R\$ 0,00 a R\$ 583,00, em grande parte do recorte (Figuras 9 e 10), sendo severamente prejudicada pelo descaso governamental, especialmente em períodos de cheia.



Figura 9 e 10: Mapa de renda área de interesse, com base em dados do Censo 2010 do IBGE, renda mensal de pessoa responsável por domicílio com e sem rendimento.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Figura 11 e 12: Enchente 1941 nas proximidades do Rio Jacuí, ao final da rua Moron, em área de antigo porto e Enchente 2023



Fonte: Coleção Achylles Figueiredo - Fototeca Museu Municipal e Acervo do grupo.

A cidade de Cachoeira do Sul apresenta um histórico extenso quanto às cheias do Rio Jacuí (Figura 11), registrando enchentes e alagamentos desde o ano de 1896, contabilizando seis relatos de enchentes até o ano de 2015 (Ritzel, 2015). No ano de 2023, durante intensas precipitações que caracterizam o mês de setembro no Estado do Rio Grande do Sul, foi assinalada a terceira maior enchente já registrada na localidade (Figura 12), atingindo 25,55 metros acima do nível (Silveira, 2023). O desfecho dessa ocorrência meteorológica, culminou na evacuação de dezenas de moradores ribeirinhos, uma vez que a água atingiu níveis elevados,

deixando praticamente todo o bairro Cristo Rei submerso, além da inacessibilidade de comerciantes que trabalham e residem ao final da rua Moron às edificações, que também foram tomadas pela água.

Embora os episódios de enchentes e inundações sejam ocorrentes na região, observa-se que não há um preparo prévio por parte das políticas públicas e autoridades locais para lidar com tais situações. Isso fica evidente, quando analisados os padrões das edificações locais, estas, em sua maioria autoconstruídas, quando próximas ao rio, são elevadas a determinada altura (Figuras 13 e 14) para, possivelmente amenizar os danos nas épocas de cheias. Essa problemática e descaso são fontes de extrema preocupação, visto que, a conjuntura climática e ambiental atual que apresenta crescente instabilidade, condicionando maior probabilidade no aumento da frequência destes eventos.

Figura 13 e 14: Residências bairro Cristo Rei



Fonte: Acervo do grupo, 2023.

Sendo assim, torna-se questionável para quem que as paisagens são construídas, por quem essas paisagens são construídas e como são atribuídos os valores a elas colocadas. Neste contexto, é possível estabelecer comparações como, por exemplo, ao remontar historicamente o início da ocupação da cidade, onde a carga simbólica do rio se destaca, mas se relega ao segundo plano participantes importantes da história, como os indígenas, que ocuparam a proximidade das suas margens, fazendo parte dos primeiros núcleos urbanos locais (Bartmann; Colares; Rocha, 2022).

Outro exemplo, cabe a paisagem identitária, onde população negra e indígena desempenhou papel importante na construção de edificações que hoje caracterizam o patrimônio local (Bartmann; Colares; Rocha, 2022), mas não são lembradas como agentes transformadores da paisagem e tão pouco possuem suas histórias contadas em completude. Em conjunto, também podemos referir novamente, as alterações na paisagem natural da própria orla associada à descaracterização das matas.

É notório que o *status* de exclusão continua sendo reforçado, desconsiderando questões essenciais no contexto social local, e, sobretudo, renegando os moradores do entorno do rio como agentes sociais ativos na conformação da paisagem. Isso se traduz de maneira abrupta na privação do direito democrático ao uso da paisagem, através da falta de recursos básicos necessários para uso do local que deveriam ser providos pelo poder público. Apesar da conjuntura mais crítica estar centrada nas enchentes e inundações no bairro citado, há também o despreparo em outras situações que envolvem e afetam outros grupos secundarizados.



Os pescadores, por exemplo, que dependem da orla como fonte de renda carecem de recursos básicos para apoio aos seus barcos ou mercadorias. Os grupos religiosos que frequentemente utilizam da área, para realizar os seus ritos, também enfrentam de carência de recursos para receberem as suas atividades, ou até mesmo os próprios cidadãos que poderiam ter fácil acesso à orla pela facilidade de conexão com o eixo central, se veem desprovidos de recursos que possibilitem uso e contemplação, sendo obrigados a compartilhar o pouco espaço que lhes é permitido, com entrada e saída de *jet skys*.

O evidente descaso com a orla do Rio Jacuí, delinea um território administrado de acordo com preferências, revelando a propensão de se priorizar os valores atribuídos à paisagem apenas quando em detrimento do capital. A falta de ações públicas combinado à escassez de bibliografia atrelada a fidedigna história da paisagem, demonstra um interesse maior em abordar o Rio Jacuí como elemento precursor e catalisador para o desenvolvimento econômico, do que em realmente abordar a todos os elementos e processos da sua história.

O termo (des)prática, adotado por Donoso (2022) para se referir aos impedimentos ao uso democrático de espaços livres, encaixa-se bem neste contexto, descrevendo locais a partir da transformação dos espaços livres de forma cotidiana, mas não se permite que as práticas sociais sejam realizadas em sua completude. Na pauta abordada o tema se relaciona, em recorte, quando falamos em paisagens sociais, entendendo que, mesmo a legislação resguardando direitos dentro das políticas urbanas e ambientais (De Araujo, 2022, p.3), os padrões estabelecidos por norma não são cumpridos, a partir do momento que ocorre esse distanciamento de grupos periféricos como pertencentes ao seu território e constituintes da história.

Via de regra, a Constituição brasileira de 1988, define no Art. 116 que a constituição de patrimônio cultural brasileiro, configurando elementos que caracterizam a identidade referente à memória de diferentes grupos da sociedade, sendo inclusos valores históricos ecológicos e paisagísticos. Em conjunto, o Art. 225 descreve que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, sendo de responsabilidade do Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. Dito isso, percebe-se que há necessidade de restabelecimento das relações com o rio Jacuí e seu entorno, permitindo que ultrapasse o limiar valorização da paisagem no aspecto produtivo e as populações hoje marginalizadas atreladas às relações socioespaciais estabelecidas, passem a ser visadas para que ocorra a garantia ao direito à paisagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do elencado, torna-se evidente a compreensão de que paisagem é um processo onde “as camadas de significado com as quais os seres humanos cobrem o ambiente” determinam a dinâmica da imagem social (Basso, 1984, p.49). O Rio Jacuí constitui o principal cenário para as transformações sociais e culturais do município de Cachoeira do Sul, é no contexto desse importante afluente que os caminhos da paisagem da cidade são percorridos.

As margens do Rio Jacuí narram pela temporalidade paisagística a história do município de Cachoeira do Sul. A rica fauna e a flora composta pelos matos fechados de singularidade pitoresca, fragmentou-se reduzindo a abundante mata à monocultura, que esqueceu do rio, senão por seus recursos. A orla desprotegida que acomoda uma vegetação ripária, hoje é apenas um remanescente das antigas apropriações de banhistas, pescadores, lavadeiras e passeantes que desfrutavam daquele rio navegável.

A problemática multidisciplinar ainda é carente de sustentação teórica no âmbito do entendimento dos fatores imbricados que resultam nas transformações de todas as camadas de



uma paisagem. O coeficiente socioeconômico atingiu igualmente essas movimentações, o desenvolvimentismo neoliberal aponta para o lucro, caminhando sem ver por onde pisa. Sombreada pelo aparato público, a possibilidade de reconhecer a paisagem como um direito que deve ser reivindicado pela população é refutada.

Ao abrir uma fenda nos interesses difusos que percorrem a paisagem social de Cachoeira do Sul, clareamos alguns dos fatores da origem dessa negligência. É extraordinária a urgência com que essa temática deve ser notada e estabelecida como central a busca por segurança e soberania da população, a fim de traçar caminhos para a construção de justiça ambiental, social e o direito à paisagem.

REFERÊNCIAS

BASSO, Keith. 'Stalking with stories': names, places, and moral narratives among the Western Apache. In: BRUNER, Edward (Ed.). Text, Play and Story: The Construction and Reconstruction of Self and Society. Washington, DC: American Ethnological Society, 1984.

BARTMANN, Caroline .M.; COLARES, Lorena. C.; ROCHA, Carolina. S. A Casa da Aldeia: as ruínas do abandono. Disponível em: https://www.sisgeenco.com.br/anais/arquisur/2022/arquivos/GT6_COM_270_429_20220808_162826.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

BOMBARDI, Larissa M. Agrotóxicos e Colonialismo Químico. Editora Elefante, São Paulo, 2023.

BORBA, Vanderlei. Cachoeira do Sul e a história olvidada: guarani, castelhana, jesuítica, platina, missioneira, lusa, brasileira. Coleção Rio-Grandense, 56. Rio Grande, 2022.

DE ARAÚJO, E. C. et al. Direito à paisagem: apontamentos sobre a cidade e suas estruturas verdes e hídricas. Paisagens Híbridas, v. 1, pág. 42–59, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ph/article/view/56781>. Acesso em 10 dez 2023.

DONOSO, Veronica .G.; QUEIROGA, Eugenio. F. Paisagem social: reflexões sobre a importância do espaço livre para políticas de habitação de interesse social. Paisagem e ambiente, v. 49, pág. e193381, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/193381>. Acesso em 12 dez 2023.

GIMENO, Alejandro J. F. Registros paroquiais de terras, legitimações de posses e mercantilização da terra em Cachoeira do Sul (Segunda metade do séc. XIX). XXVII Simpósio Nacional de História. Natal/RN. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364671074_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013.pdf. Acesso em 07 nov 2023.

GIMENO, Alejandro J. F. Apropriações e Comércio de Terras na Cidade de Cachoeira no contexto de Imigração Europeia (1850-1889). Santa Maria, 2014.

GONÇALVES, F. C. C. A paisagem como fenômeno e objeto de interesse público: com que direito? Revista desenvolvimento e meio ambiente, Vol. 34, 2015. Disponível em: 10.5380/dma.v34.3924. Acesso em: 13 dez. de 2023.

JANNER, T. C. Percepções ambientais apresentadas no jornal do povo de Cachoeira do Sul sobre o Rio Jacuí de 1929 a 1950. Curso de especialização em educação ambiental, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.



O JOIO E O TRIGO. Retomada de Políticas marca combate à fome em 2023, baixo orçamento e falta de plano para a reforma agrária são desafios. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2023/10/combate-a-fome/>. Acesso em 13 dez. de 2023.

PÉRICLES, P. T. Desenvolvimento econômico de Cachoeira do Sul: Diagnóstico econômico e avaliação da política pública de industrialização. Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2010.

RITZEL, Mirian. História de Cachoeira do Sul, 2015. Disponível em: <<https://historiadecachoeiradosul.blogspot.com/2015/10/grandes-enchentes-em-cachoeira.html>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVEIRA, Milos. Rio Jacuí supera nova marca e enchente já é a 3ª maior da história, 2023. Disponível em: <https://ocorreio.com.br/rio-jacui-enchente-3a-maior-da-historia/>. Acesso em: 15 dez. 2023